

A Suíça não acredita em moratória superior a três meses

Aparentemente, não causou surpresa nos meios financeiros suíços a decisão do governo brasileiro de suspender o pagamento dos juros da dívida externa, tal a degradação das contas externas do País nos últimos seis ou sete meses, quando vinha perdendo cerca de US\$ 700 milhões de reservas ao mês.

No entanto, não se acredita em Genebra numa moratória superior a três meses, porque isso representaria a ruptura do sistema financeiro internacional. De um lado, os bancos, principalmente os norte-americanos, teriam de reduzir seus ativos; de outro, o País sofreria forte bloqueio internacional.

Como não é do interesse real de nenhuma das partes a catástrofe — que, aliás, vem sendo evitada desde 1982 —, raciocina uma importante autoridade, nos próximos 90 dias haverá um entendimento, ou ao menos um esboço de entendimento entre o Brasil e a comunidade financeira internacional que, por sua vez, já sabia que o País preparava uma posição de endurecimento.

De fato, o BIS (Banque des Règlements Internationaux), uma espécie de banco central das nações industrializadas, constata em meio da euforia do Plano Cruzado que o Brasil era o único entre os países devedores a aumentar sua dívida externa — US\$ 200 milhões até setembro passado — enquanto Colômbia, México e mesmo Peru reduziam seus débitos no mesmo valor. Também o Brasil acompanhava o México na redução de seus depósitos junto aos bancos nas nações industrializadas.

Além disso, realisticamente, o

País não poderia continuar suportando pagar US\$ 800 milhões líquidos relativos aos juros da dívida externa quando só obtinha US\$ 100 milhões de excedente da balança comercial. E, enfim, depois do reconhecimento do insucesso do Plano Cruzado, os bancos internacionais previam o endurecimento de Sarney na área externa — único recurso, talvez — até como sobrevivência política, mais uma tentativa de reconquistar a opinião pública.

Um documento divulgado no começo de dezembro pelo PMDB e recebido com agrado pelo Executivo, exigindo atitude firme frente aos bancos para redução dos encargos da dívida, foi interpretado como um dos últimos sinais. Enfim, Funaro era esperado na Suíça num seminário internacional. Não apareceu, mas a imprensa internacional divulgou suas declarações de que o Brasil não tinha condições de pagar todo o juro da dívida.

Pelos registros do BIS, a dívida do Brasil até setembro junto aos bancos comerciais internacionais alcançava US\$ 78,250 bilhões, dos quais US\$ 53,315 bilhões de responsabilidade do setor não bancário — principalmente estatais.

Os bancos suíços, particularmente, têm uma participação inferior a 10% da dívida brasileira, cerca de US\$ 10 bilhões. Mas desde a crise deflagrada pelos mexicanos em 1982, os bancos suíços dizem estar aumentando seus ativos mais do que o necessário justamente para evitar o perigo de uma decisão como a anunciada pelo Brasil.

Quanto aos bancos norte-americanos, principais credores do Brasil, a situação é diferente. A regulamentação bancária dos EUA

força os bancos a registrar, passados três meses sem recebimento dos juros, os empréstimos do País na conta de “créditos duvidosos” e reduzir os ativos, aliás, já bastante afetados. Entre setembro de 1984 e setembro de 1986, os ativos líquidos dos bancos norte-americanos declinaram US\$ 28,3 bilhões, enquanto no mesmo período os ativos dos bancos alemães aumentaram US\$ 45,8 bilhões e, os do Japão, US\$ 28,8 bilhões, também líquidos.

Em consequência de dificuldades ligadas à concessão de empréstimos à América Latina, principalmente, os bancos norte-americanos tiveram assim reduzida sua participação no mercado bancário internacional, de 26,3% para 18,6%, enquanto o Japão aumentava sua presença de 23,1% para 31,6%. Os empréstimos do Japão concentram-se mais na região asiática, onde não se registra a crise do endividamento. Os ativos dos bancos latino-americanos declinaram de 0,8% para 0,5% do total mundial.

É nesse contexto que fontes consultadas prevêem a pressão em massa que o Brasil sofrerá e que pode estar mesmo sendo planejada já no encontro dos seis principais países industrializados no mundo — a Itália não participa desta vez — que se realiza em Paris. O Brasil precisa exportar e, à medida que se torna competitivo, enfrenta mais barreiras protecionistas. Aceita pagar a dívida, mas em condições diferentes. Enfim, tudo leva à mesma conclusão: a interdependência. E em nome dela, levará a um lugar comum.

Depois, Sarney terá que arranjar um novo fôlego...

Assis Moreira, de Genebra.